

Cadernos
IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 16 • n° 277 • vol. 16 • 2018



O Modelo atual de Capitalismo
e suas formas de Captura da
Subjetividade e de Exploração Social

José Roque Junges

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social

The Current Model of Capitalism and its Capture of Subjectivity and Social Exploration

Resumo

A história do capitalismo, desde a sua fase mercantilista, passando pelo liberalismo até o modelo atual neoliberal, financeiro globalizado, passou por diversas reformulações e adaptações para superar as suas crises periódicas. As suas teses fundamentais, contudo, permaneceram sempre as mesmas: a centralidade do mercado e a busca do interesse individual de cada um como formas de favorecer o coletivo, a célebre mão invisível do mercado. Como a sua dinâmica não é a distribuição dos recursos para construir a justiça, mas a concentração de capitais para maximizar o lucro, o capitalismo sempre provocou desigualdade e exclusão social. A obra de Thomas Piketty (2014, 2015) demonstra esse aspecto inerente ao funcionamento do capitalismo: crescente produção de desigualdade que, com o passar do tempo, torna-se intolerável, provocando uma reação social.

Palavras-chave: Capitalismo; Desigualdade; Globalização

Abstract

The capitalism history, since its mercantilist phase, through liberalism to the current neoliberal, globalized financial model, underwent several reformulations and adaptations to overcome its periodic crises. Its fundamental theses, however, remained the same: the centrality of the market and the pursuit of individual interest of each one as ways of favoring the collective, the famous "invisible Hand" of the market. As its dynamic is not the distribution of resources to build justice, but the concentration of capital to maximize gain, capitalism has always provoked inequality and social exclusion. The work of Thomas Piketty (2014, 2015) demonstrates this aspect inherent in the workings of capitalism: increasing production of inequality that, over time, becomes intolerable, causing a social reaction.

Keywords: Capitalism; Inequality; Globalization.

Cadernos
IHU *ideias*

**O Modelo atual de Capitalismo
e suas formas de Captura da
Subjetividade e de Exploração Social**

José Roque Junges

Pesquisador do PPG em Saúde Coletiva da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 16 • nº 277 • vol. 16 • 2018

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVI – Nº 277 – V. 16 – 2018

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro, Unisinos, doutor em Sociologia Política; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Prof. Dr. Matheus de Mesquita Silveira, UCS, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: man-2546791_960_720(pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . . . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . . .
v.
Quinzenal (durante o ano letivo).
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).
ISSN 1679-0316
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.
CDU 316
1
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O MODELO ATUAL DE CAPITALISMO E SUAS FORMAS DE CAPTURA DA SUBJETIVIDADE E DE EXPLORAÇÃO SOCIAL

José Roque Junges

Pesquisador do PPG em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

1. Introdução

A história do capitalismo, desde a sua fase mercantilista, passando pelo liberalismo até o modelo atual neoliberal, financeiro globalizado, passou por diversas reformulações e adaptações para superar as suas crises periódicas. As suas teses fundamentais, contudo, permaneceram sempre as mesmas: a centralidade do mercado e a busca do interesse individual de cada um como formas de favorecer o coletivo, a célebre mão invisível do mercado. Como a sua dinâmica não é a distribuição dos recursos para construir a justiça, mas a concentração de capitais para maximizar o lucro, o capitalismo sempre provocou desigualdade e exclusão social. A obra de Thomas Piketty (2014, 2015) demonstra esse aspecto inerente ao funcionamento do capitalismo: crescente produção de desigualdade que, com o passar do tempo, torna-se intolerável, provocando uma reação social.

Frente à acusação da desigualdade, os capitalistas defendem que é o único modelo econômico que possibilita e exige a democracia. Essa sempre foi a justificativa ideológica do capitalismo: a defesa do livre mercado, como base para a democracia. O sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2013) desmascara este princípio – o capitalismo e a democracia se exigem –, porque demonstra a gradual oposição entre os dois, principalmente em sua atual versão financeira. Os fatos que comprovam essa oposição, visível na Comunidade Europeia e na atual onda neoliberal na América Latina, são a intervenção antidemocrática através da nomeação de pessoas ligadas a Bancos Privados (Goldman Sachs é um exemplo), a serviço do capital financeiro, como Primeiros Ministros (Papademos, Draghi), Ministros de Economia e Diretores dos Bancos Centrais. No Bra-

sil isso é patente na figura do todo poderoso Ministro Meirelles, funcionário de Bancos privados. É ele que, verdadeiramente, governa, porque os governantes políticos de turno são, no momento, puros fantoches.

Se esse é o quadro, o capitalismo só se mantém através da violência e da guerra velada, necessitando do Estado para manter-se, como aponta a obra de Alliez e Lazzaratto (2016) *Guerras e Capital*. Por isso, a moeda, o Estado e a guerra são forças constitutivas e constituintes do capitalismo, sendo, em outras palavras, ontológicas ao próprio sistema. Por isso adverte o Papa Francisco, em uma entrevista de 2016 a caminho de Cracóvia, que não nos enganemos, “*quando falo de guerras, falo de guerras verdadeiras, não de guerras de religião, mas de uma guerra mundial em mil pedaços (...). É a guerra por interesses, pelo dinheiro, pelos recursos naturais, pela dominação dos povos*”. Essa face guerreira e violenta é a versão atual do capitalismo financeiro que sutilmente se impõe pela força a governos e parlamentos.

Se essa é a dinâmica do capitalismo financeiro atual, como ele consegue se impor e vencer mentes e corações aos seus interesses? Desenvolve uma captura biopolítica (Chignola, 2015) dos desejos das pessoas que conforma uma mentalidade de apoio e de confirmação dos valores que sustentam esse modelo. Portanto, a questão é de fundo antropológico, pois o ponto de partida da dinâmica liberal é o *homo economicus* (Hayek, 1948) que em suas decisões sempre é levado pela busca de satisfação dos seus interesses. No contexto atual neoliberal da sociedade do consumo, esse *homo economicus* foi ampliado e conformado pelo *homo consumens*, que, segundo Bauman (2008), é a redução das pessoas em mercadoria pela transformação da vida em consumo. Isso significa que o objetivo primário não é tanto possuir coisas, mas consumir cada vez mais e, assim, compensar o seu vazio interior, a passividade, a solidão e a ansiedade. Quem responde a essa necessidade de consumo é o mercado, que não deve ter nenhuma regulação, porque é a solução para todos os problemas. Isso significa a gradual retirada do Estado como garantia dos direitos sociais para deixar que o mercado responda às necessidades humanas. A própria compreensão dos direitos humanos é capturada por essa dinâmica. Essa é a ideologia neoliberal do tardio capitalismo financeiro. Ela se baseia na oposição entre o mercado formado pelos credores financeiros e a sociedade conformada pelos cidadãos. Existe, assim, um conflito entre os direitos dos credores e os direitos dos cidadãos que está por trás desta situação e determina todas as políticas de ajuste fiscal (Streeck, 2013).

O artigo tem o objetivo de analisar as características fundamentais do atual modelo de capitalismo: 1) seu cunho financista digital globaliza-

do, provocador de contínuas crises financeiras como meio para a acumulação de mais-valia, através de ajustes fiscais que sacrificam direitos sociais; 2) seu foco na captura biotecnológica da vida que configura uma bioeconomia de otimização do corpo, através da comercialização de produtos que respondem a desejos pela venda de saúde e qualidade de vida, de cuja aquisição muitos estão excluídos; 3) seu processo de produção de mais-valia não mais centrado tanto na manufatura de mercadorias, quanto no domínio de conhecimentos que estão no cérebro das pessoas, que são o capital fixo das empresas que capturam e configuram a subjetividade dessas pessoas. Elas são excluídas ao serem incluídas, pela sua transformação, em capital humano fixo do sistema.

O que a bioética tem a dizer sobre o atual modelo de capitalismo com sua exclusão efetivada por uma inclusão social no sistema e com sua captura biopolítica da vida e da subjetividade das pessoas a serviço da reprodução do sistema? Existem caminhos de reação ética a essa captura biopolítica e a essa exploração social?

2. Economia financeira digital globalizada

O capitalismo mercantilista evoluiu, durante os séculos XIX e XX, para um capitalismo industrial, possibilitado por diversos avanços científicos que aceleraram e aumentaram gradativamente a produção manufatureira de bens de consumo e a consequente produção de mais-valia pela exploração da força de trabalho. Marx analisou esse tipo de capitalismo. Esse modelo capitalista continua vigente, mas não é o que maneja as cartas no atual contexto econômico, superado pelo capitalismo financeiro que tem a predominância, porque se apropria da renda do setor produtivo e comercial através da mera propriedade de ativos financeiros, aplicados aos diferentes setores da economia, produzindo acumulação, mais-valia, pela simples rentabilidade e não mais pela produção de bens industriais de consumo. O crescente papel da economia financeira está ligado à robotização e digitalização dos processos produtivos que permitem um controle e uma aceleração da acumulação.

Por outro lado, essa informatização dos processos facilita a migração global de capitais de um lugar a outro em busca de maior rentabilidade. Assim, o capitalismo financeiro tem, na globalização, uma das suas características fundamentais. Essa globalização não foi tanto possibilitada quanto facilitada pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Três dimensões das TICs conformam o ciclo operacional da finança digitalizada: deslocamentos e encurtamentos dos fluxos espaciotemporais de capitais transferidos em segundos de um país ao outro; dificulda-

des técnicas e políticas para regular e fiscalizar os mercados financeiros, porque eles atravessam fronteiras e barreiras através das TICs, impossibilitando que os sistemas jurídicos os alcancem; centralização e concentração dos mercados para conseguir maior rentabilidade (Paraná, 2016).

A superação das distâncias geográficas e temporais facilitam a aceleração de processos financeiros. Assim, a contínua aceleração é uma parte integrante da valorização financeira. Por isso os processos das ações financeiras estão totalmente robotizados, já que não dependem da intervenção humana nos pregões da bolsa de valores, mas de cálculos algorítmicos (Algorithmic Trading) e do aumento da frequência (High Frequency Trading), operada por potentes computadores, permitindo uma negociação automatizada baseada na latência, isto é, no menor período de tempo necessário para que a informação chegue ao seu destino, acelerando a acumulação, devido à potência da frequência. Assim, a acumulação e rentabilidade do capital fictício, produtor de crises financeiras, é possibilitada pelo caráter predatório dos cálculos algorítmicos (Paraná, 2016).

Esse capitalismo digital globalizado não apenas financia o setor industrial e comercial, mas os próprios Estados. Trata-se de investimentos de curto prazo que estimulam processos de especulação. A acumulação de capital desse modelo de capitalismo tardio acontece principalmente em relação ao setor público, através de privatizações de empresas públicas, de especulação imobiliária na reconfiguração dos espaços urbanos e de exploração de crises financeiras que fazem crescer o valor dos títulos da dívida pública, exigindo ajustes fiscais que têm como consequência o corte de direitos sociais e laborais, possibilitando a acumulação (Paraná, 2016).

O capitalismo industrial passava, também, por crises, mas buscava caminhos para superá-las em vista da mais-valia. O capitalismo financeiro, ao contrário, tem a crise contínua como uma de suas dinâmicas econômicas. Como todos os processos econômicos dependem do capital financeiro, o endividamento tanto público quanto privado faz parte dessa dinâmica provocando crises orçamentárias, crises financeiras e crises econômicas. Essas crises contínuas justificam reiteradas políticas econômicas de ajustes fiscais a serviço da acumulação financeira dos credores (Streeck, 2013).

Marx já tinha falado do capital fictício (o capital monetário, bancário, financeiro que visa diretamente o lucro) que se opõe ao capital produtivo ou capital de mercadoria que obtém lucro através da força de trabalho. Esse capital fictício assume três formas: letra de crédito, dívida pública e as ações das empresas nas bolsas de valores. Esse caráter fictício do

capitalismo atual tem um forte caráter de acúmulo de renda, tornado possível pelo papel do atual capitalismo financeiro. O poder das finanças tem dois resultados sistêmicos: a ampliação da centralização e concentração do capital e a inserção da lógica operacional financeira (capital interessado em mais-valia) em todos processos produtivos. Isto cria uma fragilidade sistêmica, produtora de crises não mais cíclicas, mas recorrentes e abruptas. Tais crises são resultantes da autonomia do capital fictício em relação à economia real, alimentando a espiral da valorização monetária, independente da capacidade produtiva (Paraná, 2016).

A aplicação da lógica financeira a todos os processos econômicos cria a ilusão financeira produtora das célebres bolhas financeiras (Giraud, 2012) que se expressam nas permanentes crises, partes da dinâmica econômica e cuja solução é sempre empurrada para frente pela virtualização financeira que compra o tempo, negando-o, mas que, para acumular, retira por essa manobra virtual, mais-valia dos setores mais frágeis (Streeck 2013)

3. Bioeconomia da capitalização da vida

A lógica financeira invade todas as facetas da realidade, principalmente os processos de manipulação da vida em geral e da vida humana em especial, possibilitados pela informatização da própria vida, reduzida a mecanismos genéticos, porque a economia desses processos permite uma altíssima rentabilidade. Nos Estados Unidos existem duas bolsas de valores, uma somente dedicada a empresas de biotecnologia. A biologia ao nível molecular exige longos períodos de investimento de capitais para a aquisição de equipamentos de última geração, manutenção de laboratório de sofisticada tecnologia, multiplicação de pesquisas de ensaios clínicos e, como consequência, altos contratos financeiros para poder cumprir com as exigências regulatórias. Nesse sentido o investimento em biotecnologia é um capital de alto risco. Quando se requerem fundos financeiros consistentes para gerar produtos de biomedicina para consumo, a dispensação desses fundos vai depender de um cálculo de rentabilidade financeira e investimento comercial que irão modelar a direção, organização e definição dos problemas a serem investigados e a solução biomédica a ser encontrada. As grandes empresas farmacêuticas transnacionais não são instituições de filantropia, porque visam, acima de tudo, lucro e rentabilidade. Nesse sentido a comercialização produz e conforma as verdades acerca da realidade vital, configurando o crescente biopoder das empresas bio-

tecnológicas que desenvolvem dinâmicas biopolíticas e econômicas de captura da vida a serviço da acumulação do capital (Rose, 2007).

Nesse contexto econômico, a vida adquire um biovalor extraído de seus processos e de suas propriedades vitais, passíveis de rentabilidade. Essa valorização econômica da vida permite o surgimento de uma bioeconomia que compreende “*aquelas atividades econômicas que capturam o valor latente nos processos biológicos e nos biorrecursos renováveis para produzir a melhoria da saúde, o crescimento e o desenvolvimento sustentável*” (Rose, 2007, p. 54). Essa exploração econômica da vida não acontece no macro nível molar dos órgãos e das funções vitais, mas na informatização da vida, ao nível micro, dos mecanismos moleculares da genética, abrindo a possibilidade para uma capitalização tecnológica da vida. A bioeconomia significa, por um lado, uma governança da vida a serviço do aperfeiçoamento e da melhoria dos processos vitais pela oferta de produtos que vendem saúde e qualidade de vida e, por outro, uma captura biotecnológica da vida, produtora de mais-valia e rentabilidade.

Essa captura tecnológica da vida permite o surgimento de um novo modelo de produção capitalista: o biocapitalismo. Os circuitos bioeconômicos, com valor de troca, têm como princípio organizador a captura do valor latente dos processos biológicos, um valor simultaneamente de saúde humana e de crescimento econômico. A atual *Bioscience* está atravessada pela linguagem comercial da oferta e da procura, porque as partes do corpo são extraídas ou analisadas como se fossem um mineral ou uma colheita a ser transformada e comercializada. A diferença entre o que não é humano, passível de comercialização, e o que é humano, não permitido para a comercialização, desapareceu. A política bioeconômica exige a superação dessa distinção para tornar possível a captura e a manipulação dos processos moleculares a serviço de uma otimização da vida, de um melhoramento de suas capacidades vitais. Assim o corpo humano não é mais um destino vital e um determinismo biológico, mas uma modelagem definida pelos desejos humanos, possibilitando uma subjetivação da vida. Essa modelagem é assessorada por uma *expertise* biológica de profissionais que ajudam adequar o biológico às escolhas subjetivas e inspirada por uma ética somática que expressa os valores morais que definem a otimização e a capacitação vital do corpo em vista de maior qualidade de vida (Rose, 2007).

Todos esses processos de qualificação da vida são processos de captura econômica da vida, porque estão baseados na comercialização de produtos e, portanto, na rentabilidade. Para que seja possível a contínua acumulação de mais-valia de capital, é necessário desenvolver dinâmicas biopolíticas de captura e configuração dos desejos humanos para

que os consumidores vejam esses produtos de otimização da vida como necessidades e, até, como um direito a ser exigido. Assim, configura-se um dos melhores mundos possíveis para a bioeconomia capitalista, porque sua rentabilidade está garantida pela captura dos desejos humanos. Não é por nada que a indústria farmacêutica conforma as empresas de maior rentabilidade.

4. Capitalismo biocognitivo de subsunção da vida

Faz-se necessário, pelo visto, aprofundar mais o atual modelo de capitalismo. A bioeconomia atual está baseada não tanto nos produtos que comercializa, mas principalmente no conhecimento que detém (patentes), já que a vida é informação de mecanismos moleculares. Existe uma captura muito mais sofisticada da vida que Fumagalli (2016), seguindo as análises de Marx, chama de subsunção. Por isso pode-se falar de um capitalismo biocognitivo de subsunção da vida.

O capitalismo pré-industrial explora o trabalhador através da ampliação contínua da jornada de trabalho, sendo absoluta a mais-valia pela prolongação do dia de trabalho. Nesse caso acontecia uma subsunção formal do trabalho ao capital, porque o trabalhador é artesanal, ainda autônomo, porque ele usa as suas ferramentas para trabalhar, subsunção não afetada pelo progresso tecnológico. Ao contrário, no sistema de manufatura capitalista fordista e taylorista, com a introdução do sistema organizacional de produção, atravessado pela aceleração tecnológica, a extração de mais-valia pelo capital é relativa, porque a mais-valia não acontece pelo aumento absoluto da jornada de trabalho, mas por uma extensão e intensificação relativa dos processos de trabalho pela introdução de avanços tecnológicos. Nessa situação a subsunção do trabalho ao capital é real, porque a extração de mais-valia é determinada pela intensificação do ritmo de trabalho, ditado pela velocidade das máquinas. Nesse caso, o trabalho é destituído de qualquer qualidade intelectual e criatividade por parte do trabalhador. Sua atividade define-se como trabalho morto, porque a sua subsunção ao capital se torna real, já que o trabalho faz parte da engrenagem do processo produtivo, ditado pela tecnologia, e não está fora como acontecia no trabalho artesanal do capitalismo pré-industrial. A passagem da subsunção formal para a real acontece pela alteração da relação entre a força de trabalho e as máquinas. *“Na subsunção formal, o artesão se tornou empregado assalariado, ainda mantendo o controle, mesmo que parcial, sobre a sua capacidade trabalho... Na subsunção real, que atinge seu máximo com a organização taylorista do trabalho, o conhecimento e a capacidade de trabalhar são totalmente expro-*

priados pelo capital e corporificados no capital constante. Portanto, estamos assistindo à transição do conhecimento do trabalho vivo para o trabalho morto (maquinário).” (Fumagalli, 2016, p. 20).

O paradigma fordista, com sua subsunção real baseada na produção material, está em crise. Assistimos a uma passagem da produção de dinheiro por meio de mercadorias a uma acumulação do capital por meio de conhecimento e atividades relacionais. Esse é o núcleo do capitalismo financeiro digitalizado. Por isso está acontecendo uma subsunção tanto formal quanto real do trabalho ao capital, alimentando-se mutuamente, porque o trabalho morto das tecnologias duras é conjugado com o trabalho vivo das tecnologias de relação. Essa é a dinâmica do modelo toyotista de produção no qual existe uma subsunção da vida pessoal de todos os participantes do sistema. O processo de valorização econômica explora as capacidades de aprendizagem, de relação e de reprodução social dos seres humanos por meio do uso dos meios de comunicação em rede. É uma ilusão pensar que o uso do celular nas folgas do trabalho seja um momento de lazer que não esteja produzindo mais-valia e alimentando o sistema por meio das tecnologias de relação. A subsunção da vida das pessoas pelo sistema para produzir acumulação é contínua, porque constitui a sua própria identidade, configurando seus desejos de realização e felicidade. Assim, o capitalismo financeiro biocognitivo apresenta-se como um modelo antropogenético de conformação do ser humano, porque organiza e configura todas as suas atividades de formação, cuidado, educação, cultura, ócio e consumo para produzir acumulação de mais-valia através dessas tecnologias de relação. Para o capitalismo biocognitivo, o seu capital fixo é o ser humano em cujo cérebro está o conhecimento acumulado da empresa e do próprio sistema que movimenta a produção de mais-valia (Fumagalli, 2017).

No atual modelo de capitalismo financeiro não existe mais uma subsunção formal (capitalismo pré-industrial) ou real (fordista, taylorista) da força de trabalho ao capital, mas uma subsunção tanto formal quanto real da vida pessoal ao capital. Quando a vida substitui a força de trabalho, como meio de acumulação de mais-valia, a medição do tempo não é mais definida em horas, porque a extensão temporal é ampliada até os limites naturais, já que a pessoa está inserida no sistema todo tempo através das redes sociais, produzindo mais-valia e reproduzindo o sistema. Isso significa uma extração absoluta de mais-valia através da subsunção formal da vida da pessoa ao capital, porque ela tem aparentemente o controle dos acessos, mas como o seu cérebro, conformado pelos conhecimentos facilitados pelo sistema como dispositivos digitais, torna-se a máquina e o capital fixo do sistema, a intensificação do trabalho e da reprodução do

sistema chega à máxima expressão da mais-valia relativa da subsunção real da vida ao capital (Fumagalli, 2016).

Não se trata mais da força de trabalho, como parte do processo produtivo, como acontecia na subsunção real do fordismo e taylorismo, mas da vida pessoal, tornada uma engrenagem do processo produtivo. Aqui a subsunção formal e a real exigem-se mutuamente para a cumulação de mais-valia. Quando as duas estão conjugadas na subsunção da vida, é necessário um novo sistema de regulação social e política de governança da vida. A atual sociedade do controle é a governança da subsunção da vida ao capital expressada pelo sistema supranacional de circulação da moeda gerido pelos mercados financeiros; pelos contratos precários de trabalho e os dispositivos de endividamento dos cartões de crédito; pelo controle dos processos de formação do conhecimento e a criação de um imaginário individualista de subjetivação. A governança da subsunção da vida ao capital está baseada em dois dispositivos: a sujeição social, porque a subjetividade foi apropriada pelo capital, e a escravização, porque a máquina foi interiorizada nos cérebros e afeta a psique (Fumagalli, 2016). Aqui a exclusão social chega a sua máxima sofisticação, porque se trata não mais de excluir, mas de incluir, sujeitando e escravizando socialmente a subjetividade dos cidadãos, para que produzam mais-valia pela subsunção da sua vida ao capital, reproduzindo continuamente o sistema através de seus cérebros capturados.

5. Reações políticas à captura biopolítica da vida pelo capitalismo biocognitivo

O capitalismo sempre se caracterizou pela exploração econômica de mais-valia através da subsunção da força de trabalho ao capital, produzindo pobreza e exclusão social. Nos seus inícios, de uma maneira mais grosseira, no capitalismo mercantilista pré-industrial; hoje, na versão atual do capitalismo biocognitivo, de um modo mais sofisticado e soft, necessitado de uma análise mais aprofundada para que apareça sua dinâmica de exploração e de acumulação de mais-valia. Nessa análise se mostraram três meios de extração de mais-valia no contexto atual do capitalismo: pelos dinamismos financeiros globalizados, produzindo contínuas crises, impondo ajustes fiscais que suprimem direitos sociais; pela captura e manipulação dos mecanismos moleculares da vida, transformados e comercializados como produtos de rentabilidade que prometem a otimização e capacitação vital do corpo; pela subsunção formal e real da subjetividade ao capital, transformando os cérebros, detentores do conhecimento, em capital fixo do sistema e meio de produção de mais-valia. Assim, a acu-

mulação de capital no modelo atual acontece: pela supressão de direitos sociais impostos pelos ajustes fiscais; pela manipulação da vida em suas bases moleculares, comercializada em produtos; pela subsunção da subjetividade ao capital, através da transformação dos cérebros em máquina e capital fixo que detém o conhecimento, produtor de mais-valia. Nesse terceiro dispositivo, a exploração chega a sua máxima sofisticação, porque existe uma sujeição e escravização sociocultural, travestida de autonomia e de resposta a desejos e opções subjetivas.

Diante desse quadro de total captura biopolítica da cidadania, da vida e da subjetividade, que tipo de reação política e ética frente ao capitalismo atual é possível vislumbrar? Duas possíveis propostas de resistência são discutidas: a política tumultuária e a política que vem.

A primeira está baseada na categoria da multidão (Hardt; Negri, 2014), entendida como a intercomunicação e a conjugação de milhares de experiências de reação ao poder imperial do capitalismo financeiro. Expressões dessa multidão são os fóruns sociais mundiais, os protestos contra Davos, a insurreição de Chiapas, a *intifada* palestina, a primavera árabe, os protestos de jovens imigrantes nos bairros de Paris, resistências de jovens escolares no Chile e no Brasil, protestos de jovens diante da Wall Street em Nova York e na Plaza del Sol em Madrid, protestos contra a Copa no Brasil, movimentos ecológicos contra transgênicos, plantação de eucalipto etc. Em todos esses casos manifesta-se a multidão, um conceito inspirado na filosofia de Deleuze, que compreende um movimento molecular não sistêmico nem fluido, atuando capilarmente e interconectado. A multidão aparece como o único modo de rebelar-se contra a captura biopolítica do capitalismo e de escapar aos enquadramentos do poder imperial. Como o império não tem mais um centro de força, a luta e a insurreição contra o seu poder tem outro sujeito, a multidão, que desenvolve outras táticas de rebelião. Diante de um poder imperial que funciona essencialmente em rede, globalmente interconectado, a reação e a resistência a esse poder também precisam conformar-se numa rede de interconexões. Nesse sentido, a multidão não é uma massa indistinta nem uma reunião de alteridades, mas um conjunto complexo de interconexões sem um polo que os unifique, cuja força potencial está na sua conformação em rede. Esse conceito permite compreender como se manifestam, hoje, certos movimentos de resistência que já não respondem aos clássicos clichês dos movimentos de esquerda dos anos sessenta. Hardt e Negri querem configurar e aprofundar o conceito de multidão como único caminho para destruir a soberania imperial e instaurar uma nova democracia. Deixando de constituir massas silenciosas e oprimidas pelo controle da produção de sua subjetividade pelo poder imperial,

esses grupos e indivíduos podem formar uma multidão com poder de forjar uma alternativa democrática contra a atual ordem global. Multidão não é a soma dos indivíduos, mas a conjugação da potência dos indivíduos, ativada continuamente numa ação conjunta coletiva (Hardt; Negri, 2014).

Virno (2001) tenta explicitar a gramática de ação da multidão. Ela compreende os muitos que, em seu contexto social, “não se sentem em sua própria casa”, preferindo lugares comuns como as praças, as ruas, a web como espaços de nucleação e conformação da rede, e não lugares especializados como partidos, sindicatos, associações que sempre são capturados pelo sistema e, por isso, são limitados por serem dispositivos de enquadramento e esvaziamento da potência de luta. As ações da multidão superam a clássica distinção entre *poiesis* (trabalho: produto), *práxis* (política: ação) e *intellecto* (reflexão: teoria), através do virtuosismo ou da potência da própria ação, para a qual o foco e o resultado são a mesma dinâmica da ação. A obra expressa-se no dinamismo da ação. Por isso não tem sentido criticar esses movimentos, porque não têm um projeto ou não pretendem chegar a um resultado, porque é próprio do virtuosismo não ter uma partitura. Para eles o caminho se faz ao caminhar. Para que isso seja possível, a gramática de ação da multidão exige um novo processo de subjetivação das singularidades, porque a individuação acontece a partir de realidades pré-individuais como biológicas, culturais e sociais, mas que se conformam a partir do e no coletivo. Isso aparece, por exemplo, quando se toma em consideração o poder organizacional interno que têm esses grupos, demonstrando um verdadeiro exercício de democracia. Para esse virtuosismo democrático é necessário um outro sujeito. Por isso acontece nesse processo a produção de um indivíduo social, não indivíduos isolados que se reúnem no social, porque não existe uma individualização anterior e fora do coletivo. As atuais patologias do indivíduo como os interesses egoístas, as atitudes isolacionistas, a mentalidade autossuficiente que podem afetar a situação emocional da multidão, incidindo em suas ações, são fruto da captura biopolítica das subjetividades por parte do sistema capitalista para que elas reproduzam os seus valores. Por isso a luta é, antes de tudo, a desconstrução crítica desse processo de subjetivação através do virtuosismo da ação tumultuária da multidão (Virno, 2001).

Essa questão do processo de subjetivação aponta para o segundo tipo de reação ética possível frente à captura biopolítica do capitalismo: a forma-de-vida, proposta por Agamben (2013, 2014): “*como pensar uma forma-de-vida, isto é, uma vida humana que se subtraia completamente de ser capturada pelo direito e um uso dos corpos e do mundo que nunca se substancie numa apropriação*” (Agamben, 2013, p. 10).

Trata-se de uma forma-de-vida na qual coincidem vida e norma no cotidiano, isto é, na qual a norma não é algo externo e separado da vida existencial, pois a norma é a vida, não se identificando com uma série de preceitos, porque a própria opção por uma forma de vida, um modo de viver, engendra a sua normatividade. Só assim é possível escapar de uma captura da vida pelo direito. Por outro lado, nessa forma-de-vida, o corpo e o mundo não são passíveis de uma apropriação, devido ao seu puro valor de uso, pelo qual estão numa disponibilidade imediata, não transformados em propriedades, em valores de troca, porque são realidades separadas que transcendem o uso cotidiano. Em outras palavras, não existe propriedade, apenas uso. Só assim é possível escapar da captura da natureza e do corpo pela economia.

Para Agamben, o monaquismo medieval e, especialmente, o movimento franciscano foram uma expressão dessa compreensão de forma-de-vida: “*o intento de realizar uma vida e uma prática humana absolutamente fora das determinações do direito e nisto consiste a sua novidade, até hoje impensada e nas condições atuais da sociedade totalmente impensável*” (Agamben, 2013, p. 157). A condição franciscana era apresentada, por um de seus defensores na época, “*ainda que seja ironicamente em termos jurídicos, como o direito a não ter nenhum direito*” (p. 176). Por isso, “*os frades renunciam a todo direito de propriedade, mas conservam o uso das coisas que os outros lhes concedem*” (p. 177). Este é o sentido da pobreza franciscana, como núcleo da sua forma-de-vida, pela qual escapam da captura do direito, renunciando a todo direito de propriedade.

Com essa análise do termo “forma-de-vida”, Agamben pretende apontar para “*uma vida que nunca pode ser separada da sua forma, uma vida na qual jamais é possível isolar e manter separada alguma coisa como uma vida nua*” (Agamben, 2014, p. 264). Aqui o autor parte da constatação de que os gregos tinham duas palavras para designar a vida: a pura vida biológica (*zoé*) e a vida política e moral (*bios*), nunca tomadas em separado. Por isso a vida (*zoé*) e a sua forma (*bios*) jamais eram pensadas distintamente para falar do humano. Só nos tempos modernos foi possível conceber um humano reduzido à vida nua (*zoé*), separada de sua forma (*bios*). Essa distinção é a origem e o fundamento da biopolítica, baseada numa ideologia científica da vida. A vida política moderna se funda nessa separação entre a vida física e a forma-de-vida, em outras palavras, uma vida nua separada da sua forma (potência, dignidade). Agamben se pergunta: “*Decisivo, porém, é o modo como se entende o sentido dessa transformação. O que não se interroga nos atuais debates da bioética e da biopolítica, é justo aquilo que mereceria ser antes de tudo*

interrogado, o próprio conceito biológico de vida. Esse conceito que se apresenta em vestes de uma noção científica é, na verdade, um conceito político secularizado” (Agamben, 2014, p. 267).

Esse fato moderno de cindir a vida de sua forma é esvaziá-la de sua potência, tornando impossível a vida política. Tornar a política novamente efetiva só é possível superando essa cisão entre vida e forma. Essa é a proposta agambeniana de uma política que vem, uma política que ativa a potência da vida através da sua forma em dois sentidos: por um lado, o foco da política, como biopolítica, precisa superar a compreensão da vida como vida nua cindida de sua forma para poder ativar a sua potência e, por outro lado, o exercício da política, como democracia, necessita de novas subjetividades nas quais a vida e a forma, o ser e práxis, não estejam cindidas num processo de subjetivação que produza o indivíduo social que ativa sua potência no coletivo (Agamben, 2014). Aqui a gramática da forma-de-vida encontra-se com a gramática da multidão, porque a lógica de ambas é a ativação da potência da vida.

6. Considerações finais

A análise do capitalismo atual demonstrou que existe um sequestro dos direitos sociais dos cidadãos devido às permanentes exigências de ajustes fiscais, uma manipulação da vida para a extração de mais-valia dos processos vitais moleculares transformados em produtos comercializáveis e, por fim, uma captura da subjetividade através do capital de conhecimento que os sujeitos detêm em seus cérebros, subsumidos ao capital biocognitivo do sistema, reproduzindo os seus valores. Nesse sentido a acumulação de mais-valia e a consequente exploração social é hoje mais sofisticada, porque exclui, incluindo pela submissão simbólica ao sistema.

Nesse contexto, a única reação efetiva frente a essa captura da vida é desconstruir a subjetivação que submete simbolicamente os cidadãos aos valores do sistema. Dois caminhos possíveis de desconstrução e intervenção efetiva em relação à atual biopolítica são a política tumultuária da multidão de Hardt e Negri e a política que vem da forma-de-vida de Agamben, pois ambas são gramáticas de ação política que ativam a potência da vida.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, G., 2013. *Altíssima pobreza. Reglas monásticas y forma de vida*. Adriana Hidalgo Editora, Buenos Aires.
- AGAMBEN, G., 2014. *L'Uso dei corpi. Homo sacer IV, 2*. Neri Pozza Editore, Vicenza.
- ALLIEZ, E., LAZZARATTO, M., 2016. *Guerres et Capital*. Ed. Amsterdam, Paris
- BAUMAN, Z., 2008. *Vida para consumo. A Transformação das pessoas em mercadoria*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- CHIGNOLA, S., 2015. *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e Biocapitalismo*. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, vol. 13, n. 228.
- FUMAGALLI, A., 2016. *O conceito de subsunção do trabalho ao capital*. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, vol. 14, n. 246.
- GIRAUD, G., 2012. *Illusion financière. Des Subprimes à la Transition écologique*. Les Editions de l'Atelier, Paris.
- HARDT, M., NEGRI, A., 2014. *Multidão. Guerra e Democracia na era do Império*. Ed. Record, Rio de Janeiro.
- HAYEK, F. A., 1948. *Individualism and Economic Order*. Chicago University Press, Chicago.
- PARANÁ, E., 2016. *A Finança Digitalizada. Capitalismo financeiro e Revolução informacional*. Editora Insular, Florianópolis.
- PIKETTY, TH., 2014. *O Capital no século XXI. Intrínseca*, Rio de Janeiro.
- PIKETTY, TH., 2015. *A economia da desigualdade. Intrínseca*, Rio de Janeiro.
- ROSE, N., 2007. *The Politics of Life Itself. Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century*. Princeton University Press, Princeton.
- STREECK, W., 2013. *Gekaufte Zeit. Die vertagte Krise des demokratischen Kapitalismus*. Suhrkamp Verlag, Berlin.
- VIRNO, P., 2001. *Grammatica della Moltitudine. Per un'analisi delle forme di vita contemporanee*. Rubbettino Editore, Catanzaro.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sônia Montano
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parciais no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraff Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Muszkopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leisner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Alivida da sociedade civil relativa ao desemprego na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade conviável* – Serge Lalouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andrea da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck

- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barreto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleij
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Sleil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariñes Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Cando de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Favero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rober Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kusche*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrou Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimidades culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um elhos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da monada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsoto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como a serpente: solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariêle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natália Martuzzi Castilho

- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Angelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduard Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Eltxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benicá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Ilurriel Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Fiori de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governamentalismo* – Dora Lilla Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a agricultura agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castaneda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como polência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 *O que caminhar ansiosa sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acaaim Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Peppe



José Roque Junges. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973), especialização em História do Brasil Contemporâneo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1978) mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1980) e doutorado em Teologia Moral pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, Itália (1985). Atualmente é professor de bioética nos cursos de graduação da área de saúde e professor/pesquisador do PPG em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Algumas Publicações do autor

JUNGES, José, Roque. Modelo atual de capitalismo e exclusão social na perspectiva da bioética. Redbioetica - UNESCO, v. 8, p. 81-90, 2017

_____. Inapropriabilidade da Terra como solo e o Governo da Natureza como algo comum, bases para uma Bioética Ambiental. RBB. Revista Brasileira de Bioética, v. 13, p. 1-12, 2017.

_____. Hermenêutica como profanação dos novos sagrados: desafio e tarefa para a bioética. Revista Bioética (Impresso), v. 24, p. 22-28, 2016

Outras contribuições

JUNGES, José, Roque. Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyla e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial. Cadernos Teologia Pública, Unisinos, São Leopoldo, vol.15, n.133, ano.15,2018

_____. A medicalização da vida faz mal à saúde. IHU On-Line, Unisinos. Impresso, v. 13, p. 15-18, 2013.

_____. Agenciamentos imunitários e biopolíticos do direito à saúde. IHU. On-Line, Unisinos. Impresso, v. 10, p. 25-28, 2010.

_____. O que a Teologia pública traz de novo. Cadernos IHU em Formação, Unisinos, São Leopoldo, v. 2, n.8, p. 5-8, 2006.



UNISINOS